

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 15 |
| 1. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares | 19 |
| 1.1. Vinculação dos particulares aos direitos fundamentais | 19 |
| 1.2. As teorias sobre a eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas e sua recepção no direito comparado | 22 |
| 1.2.1. <i>State Action</i> | 24 |
| 1.2.2. Teoria da eficácia mediata | 26 |
| 1.2.3. Teoria da eficácia direta | 29 |
| 1.2.4. A teoria dos deveres de proteção | 33 |
| 1.3. A vinculação dos particulares aos direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988: formas e limites da incidência dos direitos fundamentais nas relações privadas | 38 |
| 1.3.1. A eficácia imediata dos direitos fundamentais nas relações privadas no direito brasileiro | 38 |
| 1.4. Eficácia imediata dos direitos fundamentais entre particulares, desigualdade fática e autonomia privada | 43 |
| 1.5. Ponderação de interesses | 50 |
| 2. A trajetória da família na ordem jurídica brasileira | 55 |
| 2.1. A família dos séculos XVIII e XIX | 55 |
| 2.2. Do Código Civil à Constituição | 59 |
| 2.3. O Código Civil Brasileiro de 1916 | 62 |
| 2.4. A era da constitucionalização | 64 |
| 2.5. Repersonalização do Direito de Família | 73 |
| 2.5.1. Os novos contornos da família | 78 |
| 2.6. O espaço do afeto como valor jurídico na transformação da família | 80 |
| 3. Limites e possibilidades da eficácia jurídica da simultaneidade familiar ... | 85 |
| 3.1. Contextualizando a simultaneidade familiar | 86 |
| 3.1.1. Simultaneidade familiar na perspectiva da conjugalidade | 88 |
| 3.2. Problematização jurídica da simultaneidade familiar | 90 |



| | |
|--|-----|
| 3.2.1. Breves ponderações sobre a monogamia | 92 |
| 3.2.2. O estado social democrático de direito e a proteção dos direitos fundamentais nas relações da família eudemonista | 96 |
| 3.2.3. Pluralismo familiar: da unidade à pluralidade constitucional (leitura a partir do artigo 226 da Constituição Federal) | 101 |
| 3.3. Elementos mínimos a conferir o <i>status</i> de entidade familiar a determinada situação de simultaneidade fundada em conjugalidades concomitantes: necessária distinção entre as relações adúlteras eventuais e as relações paralelas merecedoras de chancela jurídica | 107 |
| 3.3.1. Boa-fé, afetividade, coexistência, estabilidade e ostentabilidade plena | 108 |
| 3.4. Limites da ação/omissão do estado diante da simultaneidade familiar: contribuição da teoria dos deveres de proteção na chancela jurídica das famílias simultâneas | 116 |
| 3.4.1. Breve retomada em torno da teoria dos deveres de proteção | 117 |
| 3.4.1.1. O trilhar da função protetiva – a Constituição e o Poder Legislativo | 118 |
| 3.4.2. Aplicação da teoria dos deveres de proteção na busca da chancela jurídica das famílias simultâneas | 121 |
| 3.4.3. Concretização: a efetiva tutela da família simultânea pelo juiz constitucional | 127 |
| Considerações finais | 133 |
| Referências | 137 |